de Belém

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa supostamente praticado pelo então Vereador de Belém Mário Osvaldo Correa.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 57, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual n.º 057/2006 e art. 27, §3º, inciso II da Resolução n.º 07/2019 do Colégio de Procuradores de Justiça, devendo os autos serem remetidos à Procuradoria-Geral de Justiça para que haja a designação de outro Promotor de Justiça para tomar as providências cabíveis, o qual deverá prima facie encaminhar cópia dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça Criminais para os devidos fins.

Registrou-se a presença, nos itens 3.1.1 ao 3.1.15, dos seguintes Membros: Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Presidente do Conselho Superior; os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho (relator), Leila Maria Marques de Moraes, Maria da Conceição de Mattos Sousa, Dulcelinda Lobato Pantoja e Hamilton Nogueira Salame. O Corregedor-Geral do Ministério Público, Jorge de Mendonça Rocha, estava presente nos itens 3.1.1 ao 3.1.10.

3.2. Processos de Relatoria da Conselheira LEILA MARIA MARQUES DE MORAES:

3.2.1. Processo nº 000014-113/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL

Origem: 1º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação, Urbanismo de Belém

Assunto: Apurar suposto ilícito específico sobre o bem imóvel situado na Av. Governador José Malcher n.º 1044.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela RATIFICAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO, devendo os autos serem remetidos, com a devida urgência, ao Ministério Público Federal, para que sejam adotadas as providências cabíveis, por força da Resolução nº 005/2014 – MP/CSMP, por conta do imóvel, objeto dos autos, ser de propriedade da União.

3.2.2. Processo nº 000316-182/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Laudi José Witeck

Origem: PJ de Tucumã

Assunto: Apurar possíveis irregularidade atinentes a recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE, praticado pelo ex-prefeito do Município de Tucumã.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela RATIFICAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO, devendo os autos serem remetidos, com a devida urgência, ao Ministério Público Federal, para que sejam adotadas as providências cabíveis, por força da Resolução nº 005/2014 – MP/CSMP, vez que há interesse jurídico da União no feito por envolver verba pública federal oriunda do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

3.2.3. Processo nº 000052-012/2019

Requerente(s): Promotora de Justiça Lílian Regina Furtado Braga

Requerido(s): Conselho Superior do Ministério Público do Para

Origem: Conselho Superior do Ministério Público do Para

Assunto: Autos do pedido de autorização de afastamento, formulado pela Promotora de Justiça Lílian Regina Furtado Braga, para frequentar curso de mestrado, promovido pela Universidade Federal Fluminense, em Niterói/RJ.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo ADIAMENTO, para o dia 04/01/2021, do prazo inicial de afastamento da Promotora de Justiça, Lílian Regina Furtado Baraga, para frequentar Curso de Mestrado na Universidade Federal Fluminense, em Niterói/RJ, visto que na mencionada data já terá encerrado o período da quarenta eleitoral.

3.2.4. Processo nº 001371-182/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Empresa Vale S/A

Origem: PJ de Tucumã

Assunto: Apurar e acompanhar o procedimento de licenciamento ambiental, instalação da atividade de extração de minério, execução do plano de aproveitamento econômico da Empresa Vale S/A.

Após a leitura do voto pela Exma. Conselheira Relatora, o Exmo. Corregedor-Geral do Ministério Público pediu vista do presente processo.

3.2.5. Processo nº 000152-151/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA)

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar notícia de que servidores comissionados do Tribunal de Contas do Estado do Pará estariam recebendo gratificação de dedicação exclusiva.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior, uma vez que após diligências restou comprovado que servidores comissionados do Tribunal de Contas do Estado do Pará não recebiam gratificação de dedicação exclusiva.

3.2.6. Processo nº 001776-030/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Pará - IASEP

Origem: 3º PJ de Parauapebas

Assunto: Providências quanto à não existência de clínicas e hospitais conveniados ao IASEP na cidade de Parauapebas.

O item foi retirado de pauta a pedido da Exma. Conselheira Relatora.

3.2.7. Processo nº 000087-151/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar supostas irregularidades que estariam ocorrendo na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior, visto que as irregularidades trazidas pela Instrução Normativa n.º 26/2009/SEMAS foram sanadas por meio de sua revogação.

3.2.8. Processo nº 000501-125/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Centrais de Abastecimento do Pará S/A - CEASA

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar supostas irregularidades no cumprimento da carga horária de trabalho dos funcionários das Centrais de Abastecimento do Pará – CEASA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior, visto que após diligências foram sanadas as irregularidades cometidas por funcionários da Centrais de Abastecimento do Pará (CEASA), quanto ao cumprimento de carga horária de trabalho.

3.2.9. Processo nº 002309-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Jose Barroso Tostes Neto

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis violações aos artigos da lei n.º 8429/92”.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior, visto que após diversas diligências não restou comprovado ato de improbidade administrativa decorrente de suposto nepotismo perpetrado pelo Sr. José Barroso Tostes Neto no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda.

3.2.10. Processo nº 000036-150/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Pedro Araújo Coelho

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possível acumulação ilícita de cargos pelo Sr. Pedro Araújo Coelho.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior, uma vez que restou comprovado não ter havido acumulação ilícita de cargos públicos pelo investigado, Sr. Pedro Araújo Coelho.

3.2.11. Processo nº 000076-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Executiva de Transportes - SETRAN

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades cometidas pela Secretaria de Estado de Transportes (SETRAN).

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior, visto que após diligências não restou comprovada a má qualidade do serviço executado pela empresa CFA construções, terraplanagem e pavimentação LTDA na recuperação da rodovia PA 279, perímetro entre os Municípios de Xinguara e Ourilândia do Norte, e com isso não houve prática de ato de improbidade administrativa.

3.2.12. Processo nº 000152-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Belém

Origem: 3º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades com relação à concessão de licença para a construção do Hospital Porto Quality.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior, pois não ficaram comprovadas irregularidades nas obras do empreendimento denominado de “Porto Quality e Office Center”.

3.2.13. Processo nº 000237-151/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Unidade de Saúde da Marambaia

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar notícia de suposta irregularidade praticada na Unidade de Saúde da Marambaia pela servidora Márcia Machado Saul.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Con-